

Ata da 36ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, de 14/03/2007, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Membros Participantes:

1. Luiz Antônio Barreto de Castro – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Newton Paciornik - Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Laura Porto – Ministério de Minas e Energia
4. Fernanda Bocorny Messias – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
5. Johaness Eck – Casa Civil
6. João Antônio Fagundes Salomão – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
7. Guido Gelli – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
8. José Raphel Azeredo – Ministério das Relações Exteriores
9. Gerson Clovis Maltz – Ministério dos Transportes
10. Lindeberg Lima Bezerra – Ministério da Fazenda

Outros Participantes:

1. Branca Americana - Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Gustavo Mozzer - Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Ruy de Góes Leite de Barros – Ministério do Meio Ambiente
4. Demétrio Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
5. João Luiz Tedeschi - Ministério de Minas e Energia
6. Adriano Oliveira - Ministério do Meio Ambiente
7. Paula Bennati - Ministério do Meio Ambiente
8. Larissa Schmidt – Ministério da Ciência e Tecnologia
9. Marcos Willian Bezerra de Freitas – Ministério da Ciência e Tecnologia
10. Mário Augusto Gouveia de Almeida – Ministério da Fazenda
11. Alexandre Peixoto – Ministério de Minas e Energia
12. Rafaela G. S. Silva – Ministério dos Transportes
13. César Nunes de Castro – Ministério da Agricultura
14. Sofia Shellard- Ministério da Ciência e Tecnologia
15. Haroldo de Oliveira Machado Filho – Ministério da Ciência e Tecnologia

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas aos representantes dos ministérios.

Apresentou uma proposta de plano de ação do Ministério da Ciência e Tecnologia contemplando um capítulo sobre Mudanças Climáticas. Pediu aos Membros da CIMGC que avalie a proposta de Plano Nacional de Mudanças Climáticas incluída no capítulo.

1. Aprovação da Ata da 5ª reunião Extraordinária da Comissão Interministerial.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro indagou aos membros da Comissão se teriam algum comentário, correção ou supressão a fazerem na minuta de Ata da 5ª reunião extraordinária da CIMGC.

Não havendo sugestões o Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro, considerou a Ata da 5ª reunião extraordinária aprovada.

2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

Projetos em revisão cujos proponentes **não** apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC:

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro informou que seis projetos não responderam ao ofício da CIMGC e portando permanecerão em revisão, são eles:

- 127 – Projeto Nobrecel de Energia de Biomassa
- 120 – Projeto de Cogeração com Bagaço Nova América Maracá
- 119 – Projeto de Cogeração com Bagaço Ruete (PCBR)
- 118 – Projeto de Cogeração com Bagaço Pioneiros
- 117 – Projeto de Cogeração Giasa II
- 110 – Projeto de Cogeração com Bagaço Goiás (PCBG)

Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC:

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro destacou que três projetos responderam aos ofícios e portando serão analisados durante a reunião. Convidou o Sr. Gustavo Barbosa Mozzer para apresentar a posição do Ministério da Ciência e Tecnologia.

➤ 137 – Projeto de Hidrelétrica Martinuv Espigão

O Sr. Gustavo Mozzer informou que este projeto envolve a geração de energia renovável por duas pequenas centrais hidrelétricas de fio d'água (MARTINUV 2,4 MW e ESPIGÃO 1,5 MW), que fornecerão eletricidade para um sistema de distribuição elétrica, em substituição a pelo menos uma unidade de geração de combustível fóssil no Sistema Isolado de Rondônia.

Informou que a posição do MCT é pela Aprovação com Ressalva em virtude da não apresentação das condicionantes da licença ambiental.

A Dra. Paula Bennati concordou com a posição do MCT pela Aprovação com Ressalva.

A Dra. Laura Porto mencionou incompatibilidade entre a data de entrada de operação das usinas e as licenças da Aneel, além da ausência do fator de capacidade das PCHs. Concorda com o posicionamento pela aprovação com ressalva.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de Hidrelétrica Martinuv Espigão, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar, conforme determinam as condicionantes da Licença Prévia N. 0002983 datada de 29 de dezembro de 2006, comprovação do atendimento das Pendências levantadas no Parecer Técnico 678/06 NUNEF/SEDAM
2. Apresentar, conforme a Exigência 03 do Ofício nº MDL 178/2006/CIMGC, o cumprimento das seguintes condicionantes da Licença de Operação a Título Precário nº 0002255/NUCOF/SEDAM:
 - Pendências levantadas no Parecer Técnico nº 481/NUNEF/SEDAM em 90 dias. Este prazo expirou em outubro de 2006.
 - Apresentação de outorga do direito do uso da água em 90 dias. Este prazo expirou em outubro de 2006.
 - Apresentar um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, devidamente registrado no CREA/RO.
3. Apresentar as autorizações de produção e comercialização de energia, emitidas pela ANEEL, para ambas as PCHs. Os despachos N. 962 e N. 157 referentes às PCHs Martinuv e Espigão não tratam especificamente da geração de energia elétrica mas sim de sua destinação e comercialização.

➤ 143 – Projeto de Energia Eólica Rosa dos Ventos

O Sr. Gustavo Mozzer informou que o “Projeto de Energia Eólica Rosa dos Ventos” é formado pelo agrupamento de dois projetos de energia eólica de pequena escala, o projeto de energia eólica Lagoa do Mato (10,40 MW) e o projeto de energia eólica Canoa Quebrada (3,20 MW). Destacou que tecnicamente o projeto está bem elaborado, tendo cumprido todas as exigências e sugere que o projeto seja aprovado.

A Dra. Laura Porto informou que este projeto está inscrito no PROINFA e que deveriam ser submetidos pela ELETROBRAS. Reconheceu que a CIMGC avalia os projetos MDL quanto à sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, não entrando no mérito da titularidade das RCEs, entretanto, pediu que fosse registrado o seu desconforto ao proceder a análise de projetos inscritos no PROINFA que não tenham sido submetidos pela ELETROBRAS.

Salientou que o início de atividade dos projetos de energia eólica deverão ser alterados, destacando a necessidade de correção nos DCPs, entretanto, preferiu se abster do posicionamento acerca deste projeto.

A Dra. Paula Bennati apontou que o MMA não se opõe à aprovação do projeto.

A Comissão deliberou pela **aprovação** do Projeto de Energia Eólica Rosa dos Ventos.

➤ 109 – Projeto de captura de gás de aterro sanitário Alto-Tietê

O Sr. Gustavo Mozzer informou que o Aterro Sanitário do Alto-Tietê envolve a instalação de um sistema de coleta e queima do biogás. O aterro recebe exclusivamente resíduos comerciais de oito municípios, atendendo a uma população de 1.500.000 habitantes e recebendo, aproximadamente, 1.500 toneladas/dia de resíduos. Destacou que o proponente do projeto alterou o documento de concepção do projeto, mas não apresentou um relatório de validação compatível. Sugeri que o projeto seja aprovado com ressalva.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de captura de gás de aterro sanitário Alto-Tietê, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Apresentar Relatório de Validação / Validation Report compatíveis com a nova versão do DCP/PDD.

Projetos submetidos na 35ª reunião

➤ 147 – **PCH Paraíso – Pequena Central Hidrelétrica**

O Sr. Gustavo Mozzer informou que a atividade de projeto PCH Paraíso é uma pequena central hidrelétrica de 21 MW de potência instalada, localizada na Cidade Costa Rica no Estado do Mato Grosso do Sul. Destacou que as justificativas utilizadas para fundamentar a adicionalidade do projeto não forma convincentes, haja visto que se referiam de modo genérico as dificuldades enfrentadas por todo o setor elétrico, e não exclusivamente pela atividade de projeto, além desta, outras questões foram levantadas o que levou o MCT a propor a revisão do projeto.

A Dra. Laura Porto levantou aspectos relacionados ao cronograma para entrada em operação comercial, outorga da ANEEL, esclarecimento sobre o fator de capacidade utilizado, entre outros. Comprometeu-se a encaminhar o parecer do MME específico para esta atividade de projeto.

A Dra. Paula Bennati concordou com o posicionamento pela revisão do projeto.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto PCH Paraíso – Pequena Central Hidrelétrica, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:
 - ✓ Mudar o formulário de apresentação para Versão 3, pois a Versão 2 não é mais válida para registro.
 - ✓ Acertar tradução para o português (p.e. o fator de emissão indicado ao pé das tabelas dos Itens A.4.41 e E.6 está em desacordo com o PDD, de 0,2647).

2. Reapresentação o Relatório de Validação, observando, além da conformidade entre as duas traduções:
 - ✓ Referenciar as versões corretas do DCP/PDD.
3. Apresentar autorização da ANEEL para a operação como produtor independente e para comercialização de energia elétrica para a rede.
4. Anexar documentos para comprovar a legitimidade da assinatura usada nas declarações do projeto, conforme pede a Resolução N° 3 da CIMGC.
5. Adequar a data de entrada em operação no DCP ao cronograma para entrada em operação comercial, conforme Resolução da ANEEL 379/2002 (Unidade 1: até 13 de março de 2003; Unidade 2 até 12 de abril de 2003), ou apresentar nova resolução ANEEL, compatível com a data de entrada em operação do DCP.
6. Compatibilizar as razões sociais, constante no ato de outorga e no DCP. No primeiro a razão social é Castelo Energética S.A, enquanto no segundo é ENERGIAS DO BRASIL S.A.
7. Esclarecer o fator de capacidade utilizado no projeto. Segundo a Resolução Homologatória ANEEL N° 036 de 10/03/2004 publicada em 11/03/2004 a energia assegurada para a de Pequena Central Hidrelétrica Paraíso I é de 13,25 MW.
8. Apresentar qual o valor da energia assegurada ou fator de capacidade da Usina utilizado nos cálculo do projeto.

➤ 149 – **Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs
BR06-S-19**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve oito propriedades rurais localizadas nos municípios de Rio Verde no estado de Goiás. Na opinião do MCT este projeto poderia ser aprovado com ressalva.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-19, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Reapresentação do DCP/PDD apresentando a localização de todas as granjas de todos os projetos da AgCert num único mapa, para se constatar a inexistência de debundling, acompanhado do arquivo digital contendo a localização dos empreendimentos.
2. Reapresentação do Relatório de Validação utilizando a versão válida da metodologia III.D – Recuperação de metano e atividades agrícolas e agroindustriais.
3. Corrigir os seguintes aspectos do Relatório de Validação / Validation Report.
 - Corrigir a descrição da categoria de atividade do projeto, relacionando-a ao Escopo 10.
 - Apresentar evidências do controle dos locais e as distâncias entre as diversas granjas dos diversos projetos da AgCert, para evitar a existência de debundling.

4. Apresentar as cartas-convite para comentários que deveriam ter sido enviadas a associações comunitárias dos diversos municípios do projeto, conforme a Resolução N° 01
5. Reapresentar a comprovação de envio das cartas-convite identificando claramente cada um dos destinatários deste projeto, e apenas esses.

➤ 150 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-20

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve oito propriedades rurais localizadas nos municípios de Lagoa Formosa, Faria Lemos, Muriaé e Oratórios no estado de Minas Gerais.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-20, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Reapresentação do DCP/PDD apresentando a localização de todas as granjas de todos os projetos da AgCert num único mapa, para se constatar a inexistência de debundling, acompanhado do arquivo digital contendo a localização dos empreendimentos.
2. Declarar a localização da Granja Capão das Canoas, esclarecendo a incompatibilidade entre o município indicado na Carta de encaminhamento das licenças e o da LO;
3. Reapresentação do Relatório de Validação utilizando a versão válida da metodologia III.D – Recuperação de metano e atividades agrícolas e agroindustriais.
4. Apresentar comunicação ao órgão ambiental a respeito dos acréscimos percentuais na produção previstos nas propriedades apontadas no item A.4.1.4 do DCP/PDDC.
5. Corrigir os seguintes aspectos do Relatório de Validação / Validation Report.
 - Corrigir a descrição da categoria de atividade do projeto, relacionando-a ao Escopo 10.
 - Apresentar evidências do controle dos locais e as distâncias entre as diversas granjas dos diversos projetos da AgCert, para evitar a existência de debundling.
6. Apresentar as cartas-convite para comentários que deveriam ter sido enviadas a associações comunitárias dos diversos municípios do projeto, conforme a Resolução N° 01
7. Reapresentar a comprovação de envio das cartas-convite identificando claramente cada um dos destinatários deste projeto, e apenas esses.
8. Corrigir a carta de encaminhamento das licenças ambientais, datada de 07 de dezembro de 2006, na qual consta que a Granja Capão das Canoas está localizada no município de Patos de Minas (MG). Segundo o DCP/PDD e Licença

de Operação No 018 emitido pelo Instituto Estadual de Florestas esta propriedade está localizada no município de Lagoa Formosa.

➤ – **Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-22**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve quatro propriedades rurais localizadas nos municípios de Santa Cruz do Escalvado, Ituiutaba, Bonfinópolis de Minas e Sete Lagoas no estado de Minas Gerais.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-22, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Apresentar licenças ambientais válidas para a Fazenda das Laranjeiras e para a Fazenda Nossa Senhora do Carmo.
2. Reapresentação do DCP/PDD apresentando a localização de todas as granjas de todos os projetos da AgCert num único mapa, para se constatar a inexistência de debundling, acompanhado do arquivo digital contendo a localização dos empreendimentos.
3. Reapresentação do Relatório de Validação utilizando a versão válida da metodologia III.D – Recuperação de metano e atividades agrícolas e agroindustriais.
4. Corrigir os seguintes aspectos do Relatório de Validação / Validation Report.
 - Corrigir a descrição da categoria de atividade do projeto, relacionando-a ao Escopo 10.
 - Apresentar evidências do controle dos locais e as distâncias entre as diversas granjas dos diversos projetos da AgCert, para evitar a existência de debundling.
5. Apresentar as cartas-convite para comentários que deveriam ter sido enviadas a associações comunitárias dos diversos municípios do projeto, conforme a Resolução N° 01
6. Reapresentar a comprovação de envio das cartas-convite identificando claramente cada um dos destinatários deste projeto, e apenas esses.

➤ 152 – **Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-23**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve oito propriedades rurais localizadas em dois municípios, Rio Verde no estado de Goiás e Campo Verde no estado de Mato Grosso.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-23, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Apresentar licença ambiental específica para a atividade de suinocultura da Fazenda Granja Adriana;
2. Reapresentação do DCP/PDD apresentando a localização de todas as granjas de todos os projetos da AgCert num único mapa, para se constatar a inexistência de debundling
3. Reapresentação do Relatório de Validação utilizando a versão válida da metodologia III.D – Recuperação de metano e atividades agrícolas e agroindustriais.
4. Corrigir os seguintes aspectos do Relatório de Validação / *Validation Report*.
 - ✓ Corrigir a descrição da categoria de atividade do projeto, relacionando-a ao Escopo 10.
 - ✓ Apresentar evidências do controle dos locais e as distâncias entre as diversas granjas dos diversos projetos da AgCert, para evitar a existência de *debundling*, acompanhado do arquivo digital contendo a localização dos empreendimentos.
5. Apresentar as cartas-convite para comentários que deveriam ter sido enviadas a associações comunitárias dos diversos municípios do projeto, conforme a Resolução N° 01.
6. Reapresentar a comprovação de envio das cartas-convite identificando claramente cada um dos destinatários deste projeto, e apenas esses.

➤ **153 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-26**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve oito propriedades rurais localizadas nos municípios de Ituriutaba, Uberlândia, Santa Juliana, Araguari e Passos no estado de Minas Gerais

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-26, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Reapresentação do DCP/PDD apresentando a localização de todas as granjas de todos os projetos da AgCert num único mapa, para se constatar a inexistência de debundling, acompanhado do arquivo digital contendo a localização dos empreendimentos.
2. Apresentar comunicação ao órgão ambiental a respeito dos acréscimos percentuais na produção previstos na propriedade Fazenda Campo Alegre no item A.4.1.4 do DCP/PDDC.
3. Reapresentação do Relatório de Validação utilizando a versão válida da metodologia III.D – Recuperação de metano e atividades agrícolas e agroindustriais.
4. Corrigir os seguintes aspectos do Relatório de Validação / *Validation Report*.
 - Corrigir a descrição da categoria de atividade do projeto, relacionando-a ao Escopo 10.

- Apresentar evidências do controle dos locais e as distâncias entre as diversas granjas dos diversos projetos da AgCert, para evitar a existência de debundling.
5. Apresentar as cartas-convite para comentários que deveriam ter sido enviadas a associações comunitárias dos diversos municípios do projeto, conforme a Resolução N° 01
 6. Reapresentar a comprovação de envio das cartas-convite identificando claramente cada um dos destinatários deste projeto, e apenas esses.

➤ **154 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-21**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve oito propriedades rurais localizadas nos municípios de Cristalina, Rio Verde, Santo Antônio da Barra e Turnelandia no estado de Goiás.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-21, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Reapresentação do DCP/PDD apresentando a localização de todas as granjas de todos os projetos da AgCert num único mapa, para se constatar a inexistência de debundling, acompanhado do arquivo digital contendo a localização dos empreendimentos.
2. Esclarecer incoerências relacionadas aos endereços constantes nos documentos apresentados pelas fazendas: Fazenda Posse – Granja Chapéu do Sol e Granja Segatt, que não correspondem ao informado no DCP/PDD, pág. 09.
3. Reapresentação do Relatório de Validação utilizando a versão válida da metodologia III.D – Recuperação de metano e atividades agrícolas e agroindustriais.
4. Corrigir os seguintes aspectos do Relatório de Validação / Validation Report.
 - Corrigir a descrição da categoria de atividade do projeto, relacionando-a ao Escopo 10.
 - Apresentar evidências do controle dos locais e as distâncias entre as diversas granjas dos diversos projetos da AgCert, para evitar a existência de debundling.
5. Apresentar as cartas-convite para comentários que deveriam ter sido enviadas a associações comunitárias dos diversos municípios do projeto, conforme a Resolução N° 01
6. Reapresentar a comprovação de envio das cartas-convite identificando claramente cada um dos destinatários deste projeto, e apenas esses.

➤ **155 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-24**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve sete propriedades rurais localizadas nos municípios de Diamantino, Nova Mutum e Tapurah no estado de Mato Grosso, além do município de Itaporã no estado de Mato Grosso do Sul.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-24, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Reapresentação do DCP/PDD apresentando a localização de todas as granjas de todos os projetos da AgCert num único mapa, para se constatar a inexistência de debundling, acompanhado do arquivo digital contendo a localização dos empreendimentos.
2. Corrigir os seguintes aspectos do Relatório de Validação / Validation Report.
 - Corrigir a descrição da categoria de atividade do projeto, relacionando-a ao Escopo 10.
 - Apresentar evidências do controle dos locais e as distâncias entre as diversas granjas dos diversos projetos da AgCert, para evitar a existência de debundling.
3. Apresentar as cartas-convite para comentários que deveriam ter sido enviadas a associações comunitárias dos diversos municípios do projeto, conforme a Resolução N° 01
4. Reapresentar a comprovação de envio das cartas-convite identificando claramente cada um dos destinatários deste projeto, e apenas esses.

➤ 156 – **Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-25**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve três propriedades rurais localizadas no estado de Minas Gerais.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-25, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Reapresentação do DCP/PDD apresentando a localização de todas as granjas de todos os projetos da AgCert num único mapa, para se constatar a inexistência de debundling
2. Reapresentação o Relatório de Validação, observando, além da conformidade entre as duas traduções:
 - Corrigir a categoria de atividade do projeto, relacionando-a aos Escopos 10 e 13, e não nos Escopos 13 e 15.
 - Apresentar evidências do controle dos locais e as distâncias entre as diversas granjas dos diversos projetos da AgCert, para evitar a existência de debundling, acompanhado do arquivo digital contendo a localização dos empreendimentos.

3. Apresentar as cartas-convite para comentários que deveriam ter sido enviadas a associações comunitárias dos diversos municípios do projeto, conforme a Resolução N° 01.
4. Reapresentar a comprovação de envio das cartas-convite identificando claramente cada um dos destinatários deste projeto, e apenas esses.

➤ **157 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-27**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve três propriedades rurais localizadas nos municípios de Leopoldo Bulhões, Rio Verde e Jataí no estado de Goiás.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-27, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Reapresentação do DCP/PDD apresentando a localização de todas as granjas de todos os projetos da AgCert num único mapa, para se constatar a inexistência de debundling, acompanhado do arquivo digital contendo a localização dos empreendimentos.
2. Apresentar comunicação ao órgão ambiental a respeito dos acréscimos percentuais na produção previstos na propriedade Agropecuária Ponta Verde no item A.4.1.4 do DCP/PDDC.
3. Reapresentação do Relatório de Validação utilizando a versão válida da metodologia III.D – Recuperação de metano e atividades agrícolas e agroindustriais.
4. Corrigir os seguintes aspectos do Relatório de Validação / Validation Report.
 - Corrigir a descrição da categoria de atividade do projeto, relacionando-a ao Escopo 10.
 - Apresentar evidências do controle dos locais e as distâncias entre as diversas granjas dos diversos projetos da AgCert, para evitar a existência de debundling.
5. Apresentar as cartas-convite para comentários que deveriam ter sido enviadas a associações comunitárias dos diversos municípios do projeto, conforme a Resolução N° 01
6. Reapresentar a comprovação de envio das cartas-convite identificando claramente cada um dos destinatários deste projeto, e apenas esses.

➤ **158 – Atividade de projeto de redução de emissão de gás de aterro no Aterro Sanitário SANTECH Resíduos**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve um projeto de redução de emissões de biogás no aterro SANTEC. A atividade de projeto consiste na substituição do sistema de ventilação passiva que opera atualmente no aterro por um sistema de exaustão forçada. A opinião do MCT é que o projeto pode ser aprovado com ressalvas.

A Dra. Paula Bennati destacou que o MMA concorda com o posicionamento do MCT.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** da Atividade de projeto de redução de emissão de gás de aterro no Aterro Sanitário SANTECH Resíduos, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Reapresentar o DCP/PDD com as seguintes correções:
 - a. Corrigir a data do início da obtenção de créditos já que 1 de abril de 2007 não será mais possível.
 - b. Melhorar a qualidade da tradução para o português (DCP), inclusive com figuras não traduzidas.
2. Corrigir no Relatório de Validação (Tabela 3) a solicitação de esclarecimento 10, que diz respeito aos limites físicos do aterro sanitário. Aparentemente a EOD não aceitou a explicação do PP. No entanto os limites do aterro se encontram esclarecidos com 4 pontos referenciados com coordenadas geográficas e no próprio texto de validação a conclusão é que os limites estão bem estabelecidos.
3. Apresentar o licenciamento ambiental específico para a atividade de projeto, contemplando as modificações no processo de coleta do biogás e a instalação da unidade queimadora.

➤ **159 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Sacre 2 da Brasil Central Energia S.A.**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve uma pequena central hidroelétrica a fio d água. A PCH irá captar água do Rio Sacre, no estado de Mato Grosso.

Na opinião do MCT as justificativas utilizadas para fundamentar a adicionalidade do projeto não foram convincentes, haja visto que se referiam de modo genérico as dificuldades enfrentadas por todo o setor elétrico, e não exclusivamente pela atividade de projeto, além desta, outras questões foram levantadas, assim, o MCT propôs a revisão do projeto.

A Dra. Paula Bennati informou que na opinião do MMA este projeto poderia ser aprovado.

A Dra. Laura Porto levantou aspectos relacionados ao cronograma para entrada em operação comercial, outorga da ANEEL, esclarecimento sobre o fator de capacidade utilizado, entre outros. Comprometeu-se a encaminhar o parecer do MME específico para esta atividade de projeto.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Sacre 2 da Brasil Central Energia S.A., para o atendimento das seguintes exigências:

1. Corrigir a numeração das figuras apresentadas tanto no DCP quanto no PDD no tocante aos seguintes aspectos:
 - c. A “Figura 2” aparece em duplicidade referindo na página 6 do DCP à “Divisão política do Brasil mostrando...” e também na página 7 “Exemplo de uma turbina Francis”.
 - d. A “Figura 4” foi suprimida do documento, continuando a numeração a partir da “Figura 5”.
 - e. As informações no eixo das abscissas estão ilegíveis na “Figura 7”,.
2. Apresentar novo DCP com as figuras traduzidas para o português.
3. A tradução em geral da versão em português (DCP) deve ser revisada a fim de corrigir construções equivocadas, como, por exemplo (parágrafo 5 da página 19 do PDD): “Sacre 2 Project is not assessing PROINFA”, traduzido para “O Projeto PCH Sacre 2 não está avaliando o PROINFA” (páginas 19 e 32 do DCP).
4. Justificar a adicionalidade da atividade de projeto já que todas as barreiras regulatórias e os riscos que envolvem esse tipo de atividade não são particulares a essas PCHs, mas a todas as PCHs do País e nem por isso as mesmas deixam de ser construídas.
5. Apresentar ato de outorga da ANEE compatibilizando a data de entrada em operação à data estabelecida no DCP/PDD.
6. Apresentar ato de outorga da ANEEL referendando a data de entrada em operação comercial e o número correto de unidades geradoras. No DCP constam 3 e na resolução ANEEL 711/2002 constam 4 máquinas
7. Apresentar os fatores de capacidade e/ou energia garantida utilizados referentes à PCH. Pelos cálculos apresentados o fator de capacidade é maior do que 0,9 (valor improvável)
8. Deverá ser alterada a razão social, constante no ato de outorga ou constante no DCP, de forma a compatibilizar as informações. Ressaltamos que a razão social no ato de outorga é Brasil Central Energia S.A. enquanto que no DCP é Heber Participações Ltda.

➤ 160 – Pequenas Centrais Hidrelétricas das Cooperativas do Rio Grande do Sul

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve a atividade de projeto consiste de 3 pequenas centrais hidrelétricas construídas entre 2003 e 2004: Cascatas das Andorinhas, Caraguatá e Linha Três Leste localizadas no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada total de 16.283 MW

A Dra. Laura Porto levantou aspectos relacionados ao cronograma para entrada em operação comercial, outorga da ANEEL, esclarecimento sobre o fator de capacidade utilizado, entre outros. Comprometeu-se a encaminhar o parecer do MME específico para esta atividade de projeto.

A Dra. Paula Bennati pediu que fosse incluída uma exigência requerendo o envio das licenças de operação devidamente assinadas.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Pequenas Centrais Hidrelétricas das Cooperativas do Rio Grande do Sul, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar novo DCP com as figuras traduzidas para o português.
2. Apresentar cópias das Licenças de Operação no 7714/2004 e no 6117/2004 devidamente assinadas.
3. Justificar a adicionalidade da atividade de projeto já que todas as barreiras regulatórias e os riscos que envolvem esse tipo de atividade não são particulares a essas PCHs, mas a todas as PCHs do País e nem por isso as mesmas deixam de ser construídas, como prova a existência dos projetos em questão. Ressalte-se que as 3 PCHs da atividade de projeto estão sendo financiadas em grande parte pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Justificar também o fato das PCHs terem sido construídas a partir de 2003 e somente no final de 2006 terem se estruturado enquanto atividade de MDL, tendo em vista que, se o tivessem feito antes, teriam a possibilidade de requisitar créditos retroativos.
4. Apresentar ato de outorga da ANEE compatibilizando a data de entrada em operação à data estabelecida no DCP/PDD.
5. Corrigir no DCP/PDD o fator de disponibilidade concernente a PCH Cascata das Andorinhas (**0,8**), uma vez que a Resolução ANEEL Nº 478 de 17/09/2003 publicado em 18/09/2003 estabelece que a energia assegurada para esta PCH é de **0,78**.
6. Apresentar ato de outorga a ANEEL referendando a potência adicional de 0,83 MW instalada na PCH Linha Três Leste

➤ 162 – **PROBIOGÁS-PJ**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve a captura e queima do biogás produzido no Aterro de João Pessoa para evitar emissões de metano para a atmosfera. Na opinião do MCT este projeto poderia ser aprovado com ressalva.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do projeto PROBIOGÁS-PJ, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Esclarecer a situação da renovação da Licença de Operação do aterro sanitário que expirou em 10 de março de 2007.

Novos projetos submetidos

➤ 166 – **Projeto GEEA – SBS de tratamento de Biomassa**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto visa à produção de sílica de alta qualidade a partir do tratamento químico e térmico de casca de arroz. Na opinião do MCT este projeto poderia ser aprovado com ressalva.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto GEEA – SBS de tratamento de Biomassa, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Apresentar Licença específica para a produção de Sílica e Gesso agrícola pela empresa SGS.
2. Esclarecer qual o uso dado às cascas de arroz da empresa arroz Pilecco antes do início da atividade de projeto.

➤ 167 – **Projeto GEEA de central elétrica de biomassa de 5 MW**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto consiste na instalação de uma planta de geração baseada em biomassa, com potencia de 5 MW.

A Dra. Laura Porto concordou com o posicionamento do MCT mas informou que gostaria que fosse comprovada a outorga da ANEEL com a efetiva potência indicada no DCP.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** Projeto GEEA de central elétrica de biomassa de 5 MW, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Esclarecer qual o uso dado às cascas de arroz da empresa arroz Pilecco antes do início da atividade de projeto.
2. Apresentar Licença Ambiental do empreendimento para a potência indicada no DCP. Faz-se necessário a apresentação para atestar que há conformidade ambiental junto ao agente licenciador.
3. Apresentar documento de outorga da ANEEL com a efetiva potência indicada no DCP. Faz-se necessário sua apresentação para atestar que há conformidade junto ao agente regulador do setor.

➤ 164 – **Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-28**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve duas propriedades rurais localizadas nos municípios de Xanxerê e Braço do Norte no estado de Santa Catarina.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-28, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Reapresentação do DCP/PDD apresentando a localização de todas as granjas de todos os projetos da AgCert num único mapa, para se constatar a inexistência de debundling, acompanhado do arquivo digital contendo a localização dos empreendimentos.
2. Reapresentação do Relatório de Validação utilizando a versão válida da metodologia III.D – Recuperação de metano e atividades agrícolas e agroindustriais.
3. Corrigir os seguintes aspectos do Relatório de Validação / Validation Report.
 - Corrigir a descrição da categoria de atividade do projeto, relacionando-a ao Escopo 10.
 - Apresentar evidências do controle dos locais e as distâncias entre as diversas granjas dos diversos projetos da AgCert, para evitar a existência de debundling.
4. Apresentar as cartas-convite para comentários que deveriam ter sido enviadas a associações comunitárias dos diversos municípios do projeto, conforme a Resolução N° 01
5. Reapresentar a comprovação de envio das cartas-convite identificando claramente cada um dos destinatários deste projeto, e apenas esses.

➤ **165 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-30**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve três propriedades rurais, duas localizadas nos municípios de Silviolândia e Amambai no estado de Mato Grosso do Sul e uma localizada no município de Rondonópolis no estado de Mato Grosso.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-30, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Apresentar licença de operação válida para a Fazenda Jabuti.
2. Reapresentação do DCP/PDD apresentando a localização de todas as granjas de todos os projetos da AgCert num único mapa, para se constatar a inexistência de debundling, acompanhado do arquivo digital contendo a localização dos empreendimentos.
3. Corrigir os seguintes aspectos do Relatório de Validação / Validation Report.
 - Corrigir a descrição da categoria de atividade do projeto, relacionando-a ao Escopo 10.
 - Apresentar evidências do controle dos locais e as distâncias entre as diversas granjas dos diversos projetos da AgCert, para evitar a existência de debundling.
4. Apresentar as cartas-convite para comentários que deveriam ter sido enviadas a associações comunitárias dos diversos municípios do projeto, conforme a Resolução N° 01

5. Reapresentar a comprovação de envio das cartas-convite identificando claramente cada um dos destinatários deste projeto, e apenas esses.

➤ **168 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos DCPs BR06-S-29**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve uma propriedade rural localizada no município de Agudos no estado de São Paulo

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-29, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Reapresentação do DCP/PDD apresentando a localização de todas as granjas de todos os projetos da AgCert num único mapa, para se constatar a inexistência de debundling, acompanhado do arquivo digital contendo a localização dos empreendimentos.
2. Corrigir os seguintes aspectos do Relatório de Validação / Validation Report.
 - Corrigir a descrição da categoria de atividade do projeto, relacionando-a ao Escopo 10.
 - Apresentar evidências do controle dos locais e as distâncias entre as diversas granjas dos diversos projetos da AgCert, para evitar a existência de debundling.
3. Apresentar as cartas-convite para comentários que deveriam ter sido enviadas a associações comunitárias dos diversos municípios do projeto, conforme a Resolução N° 01
4. Reapresentar a comprovação de envio das cartas-convite identificando claramente cada um dos destinatários deste projeto, e apenas esses.

➤ **169 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos DCPs BR06-S-33**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto envolve cinco propriedades rurais, quatro localizadas no município de Uberlândia no estado de Minas Gerais e uma localizada no município de Itú no estado de São Paulo.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-33, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Apresentar licença de operação válida para o Sítio Cafeara.
2. Esclarecimento quanto às licenças ambientais da Fazenda Rio das Pedras e Palma da Babilônia;
3. Reapresentação do DCP/PDD apresentando a localização de todas as granjas de todos os projetos da AgCert num único mapa, para se constatar

a inexistência de debundling, acompanhado do arquivo digital contendo a localização dos empreendimentos.

4. Corrigir os seguintes aspectos do Relatório de Validação / Validation Report.
 - Corrigir a descrição da categoria de atividade do projeto, relacionando-a ao Escopo 10.
 - Apresentar evidências do controle dos locais e as distâncias entre as diversas granjas dos diversos projetos da AgCert, para evitar a existência de debundling.
5. Apresentar as cartas-convite para comentários que deveriam ter sido enviadas a associações comunitárias dos diversos municípios do projeto, conforme a Resolução N° 01
6. Reapresentar a comprovação de envio das cartas-convite identificando claramente cada um dos destinatários deste projeto, e apenas esses.

➤ **170 – Projeto Queima de biomassa sólida para geração de vapor para o processo produtivo de fabricação de cerveja, em substituição ao óleo combustível BPF 3 na Filial Águas Claras do Sul**

O Sr. Gustavo Mozzer destacou que este projeto visa introduzir fontes renováveis na matriz energética da Filial Águas Claras do Sul (FACS) da AMBEV, substituindo o combustível utilizado para geração de vapor.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto Queima de biomassa sólida para geração de vapor para o processo produtivo de fabricação de cerveja, em substituição ao óleo combustível BPF 3 na Filial Águas Claras do Sul, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Reapresentação do DCP/PDD para retirar os símbolos “?” nos diversos pontos do documento, que dificultam o seu entendimento e o seguimento dos cálculos.
2. Apresentar compromisso sobre uso exclusivo de cavacos oriundos de madeira de reflorestamentos, caso venha a ser necessário para complementação do fornecimento das cascas de arroz.
3. Apresentar todas as declarações dos participantes do projeto.

Novos projetos submetidos:

- 179 – Projeto de energia eólica Icarai
- 180 – Projeto de captura de queima de gás de aterro sanitário de Tijuquinhas da Proactiva

- 181 – Projeto Complexo Energético fundão Santa Clara.
- 182 – Urban/Araúna – Projeto de gás em aterro sanitário.

3. Outros Assuntos

3.1 Aprovação da Resolução n.º 5 da CIMGC

O Dr. Haroldo informou que o objetivo da Resolução n.º 5 foi atualizar as regras e procedimentos para submissão de projetos de pequena escala e também dos prazos para o tramite de projetos MDL na CIMGC.

Sem objeções o texto da Resolução n.º 5 foi aprovado por unanimidade.

3.2 Divulgação dos fatores de emissão do Sistema Interligado Nacional calculados pelo ONS para utilização da metodologia ACM002

O Dr. Newton informou que este documento, feito em conjunto com o MCT, ONS e MME tem como objetivo produzir e divulgar os fatores de emissão reais, hora a hora, da rede interligada brasileira.

A intenção é que este documento seja publicado no site da CIMGC a fim de permitir que todos os desenvolvedores de projeto tenham acesso.

Destacou que o passo seguinte seria submeter o documento para apreciação do Conselho Executivo do MDL a fim de que seja confirmada sua utilização para os projetos MDL no Brasil.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro questionou se os projetos que foram aprovados sem utilizar o fator de emissão proposto por este documento deveriam ser revistos.

O Dr. Miguez esclareceu que este documento será aplicável apenas para os novos projetos, não retroagindo para os projetos já aprovados.

3.3 Apreciação de minuta de Resolução para disciplinar os aspectos ligados ao licenciamento ambiental

A Dra. Paula Bennati informou que a proposta de Resolução para disciplinar os aspectos ligados ao licenciamento ambiental foi encaminhada para o departamento jurídico do MMA. Assim esclareceu que assim que tiverem uma versão definitiva da minuta de resolução, ela será apresentada à CIMGC.

3.4 Parecer sobre o Projeto Cosipar

A Dr. Haroldo informou que foi elaborado um parecer referente ao projeto Cosipar sugerindo a revogação da carta de aprovação emitida pela CIMGC.

Destacou que este procedimento é importante, pois o projeto Cosipar encontra-se como aprovado no site da CIMGC, apesar de sua carta de aprovação não tem mais valor legal, uma vez que se refere a uma metodologia vencida.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro pede aos membros da CIMGC que apóiem a proposta de revogação da carta de aprovação do projeto Cosipar.

O Dr. Newton questionou se depois de revogada a carta o projeto Cosipar deva ser enquadrado como em revisão.

O Dr. Haroldo concordou com o posicionamento e esclareceu que o projeto Cosipar deve ser reenquadrado na categoria “em revisão” e transcorrido o prazo legal de 60 dias, sem manifestação do proponente, o projeto será formalmente excluído do site da CIMGC.

Os membros da CIMGC não se opuseram à revogação da carta de aprovação do projeto Cosipar e alteração do enquadramento do projeto da categoria de “aprovado” para “em revisão”.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro agradeceu a presença de todos os representantes dos ministérios e encerrou a reunião.